

Microecologias Críticas: design e territórios de luta, autonomia e cooperação

Critical Microecologies: design and territories of struggle, autonomy and cooperation

SCHVARSBERG, Gabriel; Doutor em planejamento urbano e regional;
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
gabrielsberg@esdi.uerj.br

ARAÚJO, Álvaro; Graduando em arquitetura e urbanismo; Universidade do
Estado do Rio de Janeiro
alvaro.rocha.97.rj@gmail.com

GOMEZ, Ana; Graduada em arquitetura e urbanismo; Universidade do Estado
do Rio de Janeiro
anacarolgomez@hotmail.com

O trabalho apresenta resultados de uma pesquisa em curso que tem por objetivo investigar práticas coletivas espaciais e modalidades emergentes de atuação e lutas territoriais que, na condição de exemplos, apontem caminhos para a construção de uma agenda de transformação de paradigmas para o pensamento e a ação sobre o urbano e a vida coletiva no contexto da atual crise civilizatória e ambiental que podemos associar à palavra Antropoceno. A estas práticas damos o nome de microecologias críticas. Com base na ferramenta da ecologia das práticas, de Isabelle Stengers, são apresentadas duas práticas territoriais que permitem refletir — a partir de seus modos de fazer, contextos e problemas específicos — como elementos de uma mudança epistemológica associada à crítica do paradigma do desenvolvimento incidem nas relações entre participação e design do/no/com território.

Palavras-chave: Território; Ecologia; Práticas.

The work presents the results of an ongoing research that aims to investigate collective spatial practices and emerging modalities of action and territorial struggles that, as examples, point out ways to build an agenda for changing of paradigms for thought and action about the urban and collective life in the context of the current civilizational and environmental crisis that we can associate with the word Anthropocene. We call these practices critical microecologies. Based on Isabelle Stengers' tool of the ecology of practices, two territorial practices are discussed — based on their ways of doing things, contexts and specific problems — allowing a reflection about how an epistemological change associated with the critique of the development can change relations between participation and design of/in/with territory.

Keywords: Territory; Ecology; Practices.

1 Introdução

(...) O presente comporta, cada vez mais, a disputa de futuros e a recuperação de futuros do pretérito abrigados no contemporâneo. Certamente, há a necessidade de um trabalho inter (e trans) disciplinar que vislumbre, e transforme em desejo, uma sistematicidade que abrigue todos e tudo e combata exclusões nos vários mundos do presente. Esse trabalho é um trabalho de ligação, de costura, de enredamento. Precisamos de um planejamento que seja orientado por teorias do envolvimento (...) (RIBEIRO, 2012, p. 130)

Foi assim que produzi o que eu chamaria de meu primeiro passo em direção a uma ecologia de práticas, a exigência de que nenhuma prática seja definida tal qual ‘como qualquer outra’, assim como nenhuma espécie viva é como outra. Aproximar-se de uma prática significa, então, abordá-la conforme ela diverge, ou seja, sentir suas fronteiras, experimentando as questões que os praticantes podem aceitar como relevantes, mesmo que não sejam as suas próprias questões (...) (STENGERS, 2021 [2003])

Como os debates sobre a noção de Antropoceno deslocam a ideia de desenvolvimento sustentável? Poderia a própria noção de desenvolvimento — norteadora de processos político-culturais do século XX, e particularmente central ao design e ao planejamento urbano (ou ao design das cidades) — dar lugar a outras matrizes de pensamento sobre como transformar os espaços que habitamos? Como essas reorientações incidem sobre as noções de projeto e participação, em suas tramas territoriais e territorializantes?

Pensamos que entre o chamado a um *design orientado por teorias do envolvimento* por Ana Clara Torres Ribeiro e a *ecologia de práticas como uma ferramenta para fazer pensar* sugerida por Isabelle Stengers há uma série de possíveis ressonâncias que podem dar pistas, não para respostas imediatas, mas para fazer dessas perguntas motivos para buscar exemplos de práticas territoriais que contribuam para uma reorientação política do design no Antropoceno¹.

Este trabalho se propõe a dar notícias de uma pesquisa em curso que tem por objetivo investigar e construir um acervo de práticas coletivas espaciais e modalidades emergentes de atuação e lutas territoriais que, na condição de exemplos, apontem caminhos para a construção de uma agenda de transformação de paradigmas para o pensamento e a ação sobre o urbano e a vida coletiva no contexto da atual crise civilizatória e ambiental que

¹ Parafraseamos aqui o subtítulo do livro de Bruno Latour “Onde aterrar: como se orientar politicamente no Antropoceno”(LATOUR, 2020). Um pouco acima, parafraseamos Ribeiro (2012), estendendo sua sugestão, originalmente feita ao planejamento, ao design. Partimos do entendimento de design como prática não restrita à atividade profissional especializada em projetos de objetos, linguagens visuais ou sistemas de serviços, mas como prática ampliada a diversos domínios da vida, sobretudo ao que nos interessa: o design do/no/com o território. Nos aproximamos, neste caso, do uso do termo design no mundo anglo-saxão, onde existem campos de atuação denominados urban design ou landscape design. No entanto, visando contribuir a um entendimento de design num campo ampliado, como fez Rosalind Krauss com a escultura nos anos 1970, mais do que afirmar que arquitetura, urbanismo e design se encontram na prática projetual, procuramos dar foco aqui ao design da dimensão processual de práticas voltadas à produção e transformação de territórios coletivos.

podemos associar à palavra Antropoceno. A estas práticas damos o nome de *microecologias críticas*.

Inicialmente, apresentaremos as questões que orientam a pesquisa e o modo como esta tem sido conduzida. A seguir, serão discutidos alguns conceitos que têm sido importantes para pensar criticamente as práticas de design do/no/com território face aos desafios do Antropoceno. Na terceira parte contaremos duas histórias de práticas territoriais cartografadas na pesquisa, buscando produzir ressonâncias com as questões e noções previamente apresentadas. São elas o coletivo colombiano Arquitectura Expandida e o ateliê carioca Terceira Margem. Finalizamos com algumas considerações sobre desdobramentos possíveis da pesquisa sobre as práticas de design.

2 Exemplos como histórias de microecologias críticas

Não há dúvida de que os modelos, no que diz respeito à tradição do projeto na modernidade, mostraram seus limites e seus malefícios ao aspirarem à serialidade e à universalidade. O exemplo, por outro lado, já é algo diferente. Ao invés de operar por replicação, sua força está na capacidade de afetar, inspirar e mobilizar, contribuindo para romper contextos de inércia ao fazer proliferar determinadas qualidades, modos de pensar, sentir e agir. O exemplo, aqui, busca, por um lado, apontar linhas de fuga dos processos hegemônicos, modos de fazer que já estão sendo praticados e, com isso, estimular o interesse e a exploração de novas capacidades e habilidades de arquitetos, urbanistas e designer no sentido da ampliação de seu campo de atuação e seu papel social na contemporaneidade. Por outro lado, visa construir um acervo não de imagens, mas de ações, de práticas, de relações que transformam territórios do habitar, divulgando tecnologias materiais e sociopolíticas que possam contribuir com o ensino e as práticas de arquitetura, urbanismo e design, disponibilizado a estudantes, assim como a praticantes não especialista, um inventário de exemplos projetuais não-eurocêtricos e não-hegemônicos que ampliem criticamente seu repertório de referências.²

Neste sentido, os problemas da pesquisa colocam o desafio específico de superar o foco em resultados formais de projetos e planos, característica que predomina no campo da pesquisa em arquitetura, urbanismo e design. Desta forma, as questões elaboradas para investigar as práticas procuram dar foco à sua dimensão processual e política. O estudo das práticas se desenvolve a partir de perguntas que se dirigem aos modos de fazer, como: “qual a questão disparadora para o início da prática?”, “como a prática opera, articula os agentes envolvidos e transforma o território?”, “Como se sustenta no tempo?”, “como a participação se realiza, ou quais os modos de produção de envolvimento?”, “como a prática institui ou potencializa processos de autonomia?”, “quais os limites e fragilidades encontrados, e como foram eventualmente superados?”, “como a ideia de projeto se transforma em relação a seu entendimento tradicional?”, “que sonhos e utopias podem ser experimentados a partir da prática?”.

Este trabalho apresenta os resultados do primeiro ciclo da pesquisa, onde cada pesquisador trabalhou sobre uma prática, escolhida por afinidade entre um conjunto selecionado a partir de um recorte geográfico focado no Brasil e na América-Latina. A partir desse recorte, foram

² O principal desdobramento desta pesquisa foi a criação do site microecologias.wordpress.com cujo objetivo é disponibilizar um acervo de práticas territoriais através de histórias focadas nos modos de fazer. Esta plataforma aberta, em contínua atualização, está ativa desde o início de 2022 disponibilizando as primeiras histórias elaboradas pela pesquisa.

estabelecidas características de interesse para qualificar as práticas territoriais como microecologias críticas. Estas podem ser lugares, movimentos, experiências, coletividades, relações, metodologias e técnicas que têm como características serem construídas e mantidas através de processos cooperativos, comunitários ou colaborativos que fomentem: a produção e preservação de bens comuns; a democracia de base comunitária; a autonomia e formas de auto-gestão de processos territoriais; a descolonização do pensamento sobre o “fazer” território e os modos de vida, com respeito à pluralidade (de corpos, desejos e saberes); a redução das desigualdades socioespaciais, do impacto do homem sobre o planeta e os direitos da natureza.

O modo de aproximação das práticas consistiu em pesquisa documental através de livros, revistas, sites, vídeos e outros materiais disponíveis em redes sociais³. A primeira ideia seria produzir um verbete para cada prática, mas esta se transformou na busca de uma coerência entre o modo de pesquisar e as inquietações críticas que orientam a pesquisa. Definimos assim uma opção narrativa por “contar histórias”, seguindo a pista de Krenak (2019), que sugere como modo de “adiar o fim do mundo” aprender a contar outras histórias. Trata-se de incluir a proposta de envolvimento na própria produção da pesquisa. O problema da pretensa neutralidade da Ciência (com C maiúsculo) é um aspecto central tanto à crítica da colonialidade do saber (LANDER, 2005) quanto aos debates do Antropoceno. Nos filiamos à proposta das ciências aventureiras (STENGERS, 2017) onde as implicações políticas e afetivas não apenas são aceitas, como podem constituir elementos fundamentais de uma pesquisa. Dessa forma, cada estudante-pesquisador procurou estabelecer um envolvimento próprio com a prática pesquisada através da escrita e da elaboração de um diagrama autoral (figuras 3 e 7).

Com o avanço da pesquisa, passamos a nomear o conjunto heterogêneo das práticas estudadas como “microecologias críticas”. Este nome procura enfatizar a noção de ecologia como ideia a ser disputada e ressignificada a partir da superação da cisão natureza-cultura. Buscamos apreender a dimensão ecológica de cada prática por não reconhecer o social como um mundo apartado de um suposto mundo ‘natural’. A aposta está em uma perspectiva relacional, onde as práticas e os praticantes compõem agenciamentos onde seres humanos e não-humanos, seres e ‘coisas’, não são dados prévios e essenciais, mas constituídos nas próprias relações, abertos e passíveis de transformações de seus papéis e sentidos pelas dinâmicas e negociações processuais típicas de qualquer arranjo ecológico (GUATTARI, 1990; ESCOBAR, 2017; LATOUR, 1994). Ademais, trata-se de buscar ocupar uma zona de vizinhança entre o design do espaço e o ramo da biologia que se ocupa do estudo das relações entre os organismos vivos e o meio ambiente que vivem. A etimologia da palavra, afinal, sempre abrigou esta conexão. *Oikos* e *Logos*: o estudo da casa.

Compreendidas como ecologias, acrescentamos às práticas estudadas o prefixo ‘micro’ não por uma questão de escala, mas por que se trata de considerar modos de fazer ético-políticos operados pelos afetos, pela capacidade de produzir subjetividades e corpos coletivos capazes de resistir à exploração, às opressões e à ideia de que não existem alternativas ao mercado ou à política institucional. Desta forma, a dimensão micropolítica (GUATTARI e ROLNIK, 2008) das práticas é sempre explicitada e constitui problema de investigação. São micro, também, porque não acontecem em qualquer lugar, mas estão sempre territorializadas em algum lugar,

³ A pandemia foi um condicionante para esta aproximação indireta, que pretende ser complementada por entrevistas e, eventualmente, encontros e visitas a algumas práticas na próxima etapa da pesquisa.

como práticas situadas (HARAWAY, 1988) produzindo conhecimento que articula sentidos com este lugar, sua história, suas linguagens, seus arranjos socioambientais e seus problemas.

Esta é uma questão particularmente sensível ao debate do Antropoceno, na medida em que os desafios colocados pela emergência climática se caracterizam na problemática dos “hiperobjetos”, difíceis de serem apreendidos pelos sentidos ou por uma compreensão empírica, o que torna a própria catástrofe algo difícil de se pensar (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014). A sensação de que ações locais surtem pouco efeito diante da dimensão global do problema, de certo modo contribui para produzir resignação diante da manutenção da estrutura de poder do capitalismo financeirizado que bloqueia qualquer possibilidade de pactuação de mudança mais radical seja na esfera global de governo, seja na macropolítica do Estado em seus níveis nacional, regional, ou municipal. Diante desta produção de paralisia em nível macro, apostamos que a multiplicação de microecologias localizadas são capazes de formar redes transescalares de trocas de tecnologias socioambientais e, no campo dos afetos, produzir antídotos aos venenos da resignação, ao transmitir potência de agir de um local a outro.

As microecologias são, enfim, qualificadas como ‘críticas’ por se configurarem em contextos complexos, por vezes lutando contra condições de vulnerabilidade e fragilidade, por outras buscando construir o máximo possível com muito pouco. São críticas, também, pois não negam a crise civilizatória em que vivemos, mas nem por isso aceitam resignadamente os papéis atribuídos pelas macroestruturas a seus corpos, seus ofícios, seus modos de vida e à terra que habitam.

3 Projeto, participação e território no Antropoceno

Mas por que dar um nome a práticas que pretendemos entender e manter como diversas e plurais? Trata-se, neste caso, de uma operação pragmática, como sugere Isabelle Stengers (2015, p. 48): “Nomear não é dizer a verdade, e sim atribuir àquilo que se nomeia o poder de nos fazer sentir e pensar no que o nome suscita.” Buscamos, portanto, criar conexões entre práticas diversas que permitam pensar relações entre território, projeto, ação política, participação e os desafios colocados pela emergência climática, assumindo evidentemente seu vínculo inexorável com o modo de produção capitalista e os paradigmas do progresso e do desenvolvimento que formam o pano de fundo da modernidade ocidental.

Os debates acerca da noção de Antropoceno, sobretudo a partir das contribuições da antropologia e da filosofia, podem produzir um importante impacto sobre os estudos urbanos e do design do/no/com o território na medida em que colocam novos problemas e recolocam antigos sob novas chaves de leitura. O interesse está na necessidade de pensar, sentir e agir de outras formas que esta noção produz. A proposta de que vivemos uma era geo-histórica onde a ação antrópica passa à condição de força geológica tem produzido encontros profícuos e tensos entre ciências humanas e ciências exatas, o que corresponde à própria potência desta noção: construir pontes entre história social, história biogeofísica e histórias dos ‘outros’ do ocidente.

Esta convergência produz uma série de inversões interessantes na medida em que abre espaço a elaborações como a que a filósofa belga Isabelle Stengers propõe, ao recuperar a hipótese de Gaia, de Lovelock e Margulis, que considera o planeta como um grande organismo vivo, um “ser”, capaz de se autorregular em busca de equilíbrio (STENGERS, 2015). Na versão da filósofa, Gaia é ao mesmo tempo uma proposição científica e um tipo de transcendência, mas

de um tipo anterior aos mitos do deus provedor ao qual se atribui qualidades superiores de moralidade e justiça. Esta forma de transcendência seria mais próxima do tipo que se deve ter cuidado e evitar ofender para não abusar de sua tolerância. Gaia assume assim a forma ameaçadora de um sujeito histórico que se corporifica como agente político com o qual a humanidade precisará aprender a lidar daqui para frente. Não mais uma natureza cenário, mas uma entidade que interpela a escala planetária da civilização, sua condição geológica, numa "inversão irônica entre ator e palco, ambientado e ambientante." (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 26).

Para o campo ampliado do design, este agenciamento crítico provoca mudanças epistemológicas importantes, por exemplo, no entendimento das relações entre projeto e participação para lidar com o que entendemos como território e modos de habitar, construir, transformar. No âmbito desta pesquisa, interessa investigar como em cada prática estas mudanças epistemológicas podem emergir de maneira específica. Acionamos a noção de "ecologia das práticas" proposta por Isabelle Stengers (2021) como uma ferramenta que confere centralidade aos "problemas" no seu sentido prático. Neste caso, como a participação e o projeto do/no/como o território se constituem como problemas para os praticantes. Três princípios da ecologia de práticas nos são particularmente relevantes. O primeiro, direcionado às ciências modernas, reside em apontar a colonialidade do saber não necessariamente no conhecimento que produz (embora às vezes seja também o caso), mas na condição de autoridade que este se coloca em relação a outras práticas. Transportamos este desafio à prática de projeto ao reconhecer que a condição de autoridade associada aos profissionais do "campo" age como um saber-poder em suas relações com os territórios sobre os quais dirigem seu saber. O problema neste caso está em como neutralizar ou utilizar a condição de autoridade nos processos de interlocução dos praticantes diplomados com outros praticantes.

O segundo princípio é buscar compreender como se opera em cada prática uma "tecnologia de pertencimento" que age pela produção de vínculos a partir de causas compartilhadas. Causas podem ser a constituição ou preservação de identidades, mas também problemas pragmáticos que atingem a vida cotidiana de indivíduos e suas relações territoriais. O ponto aqui é compreender que as causas não pertencem às pessoas ou às comunidades, mas ao contrário, o pertencimento se constrói em torno de uma causa e passa a agir sobre as pessoas, transformando sua subjetividade e sua potência "de fazer, pensar e sentir porque elas pertencem." (STENGERS, 2021, p. 19).

O terceiro princípio é uma apologia ao "pensar pelo meio" como prática de uma mesopolítica. O meio aqui tem a dupla acepção de situação intermediária, intervalar, e também de ambiente. Pensar pelo meio corresponde então, por um lado, ao exercício de renúncia de bases gerais ou horizontes ideais universalizáveis para as ações. Por outro lado, é necessário que se procure manter qualquer problema e qualquer prática ancorados ao ambiente onde se expressam e corporificam, considerando que são fruto de uma história e esta é indissociável do meio em que se construiu, o que não confere a nenhuma teoria "o poder de desemaranhar algo de seu ambiente particular." (STENGERS, 2021, p. 15).

As histórias de duas práticas que a seguir contamos, constitui um exercício de colocar em movimento essas ferramentas do ponto de vista de uma investigação de seus problemas e como estes ressoam com os conceitos aqui discutidos ao dar sinais a partir de suas práticas de modos de atuar e de agendas de luta territorial que fornecem exemplos de envolvimento ecológicos e microecologias críticas para habitar o antropoceno.

3.1 Arquitetura expandida: território e autonomia

Em um contexto que se reproduz em quase todos os grandes centros urbanos da América Latina, Bogotá carrega uma série de assimetrias em suas dinâmicas e em seu tecido urbano que se manifestam através da relação tensa entre centro e periferia. Pela ótica dos estudos urbanos, essa assimetria vai ser declarada pelo que costuma ser entendido como a produção formal e informal da cidade, distinção que oculta uma complexidade maior, na medida em que o Estado é determinante para a constituição da chamada cidade informal, através de políticas fundiárias e habitacionais segregadoras que são estruturantes para a conformação desses territórios.

Com o objetivo de colocar em questão as lógicas perversas desse modelo urbano, o grupo ativista multidisciplinar Arquitetura Expandida, desenvolve um laboratório de pesquisa-ação aberto da cidade, onde junto às comunidades na periferia da capital colombiana, constroem e investigam metodologias participativas visando a produção de espaços comunitários e autogestionados. Suas ações se alinham localmente a uma crítica à colonialidade presente na importação de modelos estrangeiros ao planejamento das cidades latinoamericanas, conforme Ana López Ortego, integrante do coletivo, enuncia em entrevista ao grupo de pesquisa Indisciplinar da UFMG: “Há uma lógica de construção de cidade na Colômbia que é absolutamente excludente, absolutamente importada, sobretudo, da Europa (...). São contextos totalmente distintos.” (INDISCIPLINAR, 2014).

Atuar no território da produção informal da cidade não é uma escolha humanitária. Na verdade, o coletivo encontra ali um espaço dialógico de aprendizado, na medida em que estes lugares já abrigam uma série de práticas de autonomia e envolvimento inscritos nos processos de autoconstrução como resistência às exigências burocráticas e excludentes da política urbana oficial. Nas palavras do coletivo: “(...) consideramos essencial recuperar os mecanismos de autogestão típicos da construção dos bairros populares, ressignificando-os e atualizando-os aos novos anseios e potencialidades cidadãs.” (ARQUITECTURA EXPANDIDA, 2020)⁴. Portanto, o grupo vê nesses aspectos potencialidades transformadoras dos territórios e práticas que questionam e apresentam propostas escaláveis à condição geral da cidade.

Provocar o comum, é um dos interesses que o grupo tem como horizonte projetual. É fundamental entendê-lo como uma prática que se distingue do público representado pela gestão estatal. O comum vai tratar da prática constante de manter espaços concebidos comunitariamente, através de envolvimento e afetividade, espaços geridos e supervisionados pelas vontades daqueles que produzem e utilizam o aparato em questão, com suas próprias regras e modo de gestão. É portanto também, uma prática situada, uma *microecologia* que se articula de forma específica em cada realidade conforme desenvolve Rodrigo Savazoni: “O comum pede a interdependência: entre as pessoas, as pessoas e os recursos, os seres humanos e o planeta, a cultura e a natureza. Exige, por isso, uma entrega de todos os envolvidos. Não há comum sem uma sólida e vibrante rede de afetos.” (SAVAZONI, 2018, p.40).

Através desses ativistas as periferias de Bogotá têm visto surgir edifícios e espaços muito estimulantes do ponto de vista da autonomia. Embora o impacto simbólico destes espaços nos territórios constitua um elemento de valor para identidades e autoestima coletiva, o mais importante no processo não é o fim, mas o meio. O Arquitetura Expandida acessa as comunidades e com elas elabora uma série de experiências participativas provocadoras de

⁴ A tradução desse trecho e dos outros com referência no site do coletivo é nossa.

coletividade, investigando, na linguagem da ecologia das práticas, o efeito de tecnologias de pertencimento. Esse é um aspecto chave do trabalho e pode ser compreendido à luz do que Ana Ortego explícita na entrevista: “A coletividade não tem a ver com a identidade, com o que nos une – referente ao passado –, mas o que nos une referente ao futuro, o que queremos construir juntos.” (INDISCIPLINAR, 2014).

Se o modo de fazer está na base das experiências para atingir objetivos coletivos, então a concepção de cada projeto precisa também ser coletiva. Porém, evita-se aqui a referência científica da metodologia para as dinâmicas participativas. Ortego afirma: “(...) eu prefiro o termo estratégias. Se fosse metodologia, a definiria como investigação e ação participativa, precisamente porque é a única metodologia que não é uma metodologia. É uma estratégia para gerar uma metodologia com as pessoas, com os distintos atores.” (INDISCIPLINAR, 2014). Esta postura impõe ao *Arquitectura Expandida* o desarmamento de respostas ou caminhos preestabelecidos. Em processos institucionalizados, os projetos de equipamentos costumam ser impostos às comunidades e, quando muito, consideram a participação como uma etapa informativa: “[...] ouvir por ouvir as dinâmicas de participação é, a duras penas, dar informação – nunca participar de um diálogo – e fornecê-la em um momento em que não há possibilidade de mudanças.” (INDISCIPLINAR, 2014). O processo que o coletivo propõe assume lugar de crítica a essa lógica, onde todo o projeto é cuidadosamente engendrado junto à comunidade para frustrar tendências de hierarquização de saberes, colocando os conhecimentos técnico-acadêmico em *confluência* com os conhecimentos das comunidades.

A multidisciplinaridade é um componente importante para colocar em movimento esses desafios. Arquitetos, engenheiros, designers, artistas plásticos, documentaristas e antropólogos compõem ou compuseram o corpo deste coletivo que é constantemente oxigenado por novas formas de pensar e questionar em comunhão com as populações locais, formando coletividades singulares a cada projeto. A partir, geralmente, de um contato feito por um grupo local eles adentram a comunidade e constroem suas estratégias de aproximação. As primeiras ações do coletivo costumam assumir a forma de oficinas culturais para atrair moradores, transeuntes e frequentadores, envolvendo-os em torno de causas e, assim, iniciar a formação de uma coletividade. Essas primeiras ações, identificadas pelo *Arquitectura Expandida* como *provocações táticas*, têm como escopo causar a curiosidade e difundir o desejo do projeto no imaginário da comunidade.

No projeto *La Casa de La Lluvia [de Ideas]*, no bairro de *La Cecilia*, a organização social local tinha o desejo de construir um salão comunitário (*salón comunal*). Entre os registros fotográficos presentes no *website* do coletivo, há um que apresenta uma placa convocando: “*Ven e dibuja tu salón comunal*” (figura 1). A ideia era atrair a comunidade, em especial as crianças e seus pais para conceber virtualmente o espaço colocando desejos e intenções, produzindo no papel e no imaginário da comunidade o edifício e as intenções coletivas.

Figura 1 – Oficina no projeto em *La Cecilia*.



Fonte: Arquitectura Expandida (2012)

A partir das oficinas o coletivo pode levantar discussões sobre o território: os problemas, as realidades complexas e as necessidades. Essas ações desenvolvem com a comunidade a compreensão do espaço em que habitam, não como um amontoado de edificações sobre um terreno, mas como uma série de camadas que se relacionam. O bairro de *La Cecilia*, situa-se nos limites entre o urbano e a reserva florestal de *Los Cerros Orientales de Bogotá*, onde a natureza está integrada na dinâmica e na paisagem natural. Através de uma oficina de limpeza e cuidado ambiental das ruas e do bairro, o coletivo pôde levantar questões sobre os bens comuns do território e quais práticas da comunidade ajudam a zelar por eles. Portanto, não se trata de um conjunto de normas proibitivas que delimitam o acesso ao chamado meio ambiente (que se oporia ao meio humano) mas pensar em conjunto uma cultura local de práticas de cuidado que envolvem a comunidade e o meio como um todo, e não como dimensões desconexas. Foi através dessas discussões que a ideia de produzir um espaço da associação de moradores se converteu na proposta de um centro de cultura, onde a própria comunidade poderia ofertar oficinas, transmitindo dentro da própria comunidade os seus conhecimentos internos. A dimensão cultural do meio então passa a ser considerada na ação.

Respeitar a complexidade do território a partir da aceitação da pluralidade de sujeitos envolve necessariamente a incorporação do conflito como dimensão constituinte. Para o coletivo, o desacordo deve ser evidenciado para a sustentação da experiência: “Nós tentamos gerar dinâmicas para evidenciar esses dissensos, foi algo que aprendemos empiricamente. Já recebemos projetos que não se mantiveram no tempo ou que propuseram um portão com uma chave, encerrando o assunto.” (INDISCIPLINAR, 2014). Essa abordagem revela e evidencia a multiplicidade de desejos inseridos em cada território, exigindo o exercício de uma prática constante de democracia comunitária.

Planejar coletivamente o *modo de fazer* é outro aspecto sensível para garantir a sustentação de cada processo. O projeto precisa ser concebido de forma objetiva compreendendo os recursos, saberes, fundos financeiros, ferramentas e praticantes. Em *La Casa de La Lluvia [de Ideas]*, a materialidade escolhida para o edifício resume bem a capacidade concreta e participativa das ações. A utilização do bambu *guadua* para a estrutura não tem a ver somente

com um princípio sustentável generalista. O material foi escolhido principalmente pela disponibilidade, pela facilidade de transporte e manuseio e pela capacidade de poder ser trabalhado pelos próprios habitantes, sem a necessidade de especialistas. A dimensão ecológica se coloca como um problema prático que envolve habilidades, técnicas, e relação localizada de uma cultura construtiva vernacular com uma planta nativa do território. Por outro lado, um material industrializado igualmente disponível, de fácil manuseio e barato, compõe com o bambu para produzir uma transparência convidativa e simbólica ao espaço:

A transparência literal do policarbonato também é conceitual: é um espaço honesto, que sempre mostra o que está acontecendo lá dentro, que convida a entrar. À noite é um farol no território. A sua materialidade confere-lhe um elevado conteúdo simbólico que se traduz num direito a uma cidade bela e representativa, a ser vista e reconhecida como condição de cidadania. (ARQUITECTURA EXPANDIDA, 2015)

Figura 2 – Construção em *La Cecilia*.



Fonte: Arquitectura Expandida (2022)

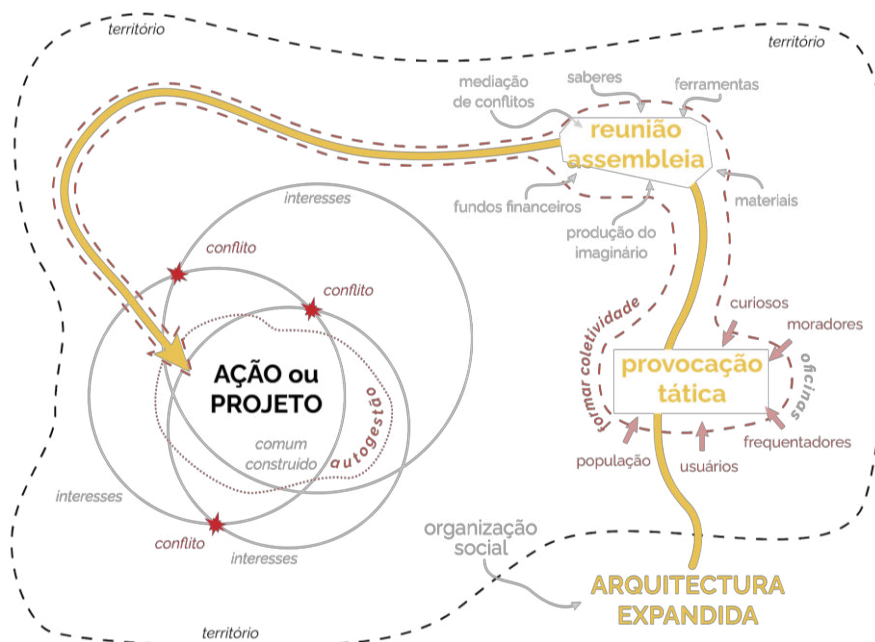
O resultado é um espaço transformador que envolveu afetivamente e fisicamente os praticantes. A comunidade tem, portanto, a oportunidade de seguir desenvolvendo a autonomia e a cidadania provocadas. Entre as oficinas em *La Cecilia*, foi feita uma cartografia dos saberes locais, desde as senhoras conhecedoras da medicina das plantas até os jovens bailarinos de *breakdance*. São esses os professores que ministram oficinas em *La Casa de La Lluvia [de Ideas]*. A gestão é estritamente comunitária, para o desenvolvimento da própria comunidade, em todas as suas dimensões. Hoje, dez anos após a construção do projeto, ele está ativo e se transformando de modo autônomo, sem a presença do Arquitectura Expandida, sendo palco de discussões importantes da cidade.

A transformação que esses espaços causam no âmbito do bairro funcionam ainda como exemplo para outras realidades parecidas. A semente do projeto em *La Cecilia* surgiu de outro

projeto do coletivo em uma comunidade vizinha, provocando o interesse dos moradores locais. Essas intervenções agem na micropolítica dos desejos, ajudando a romper com a lógica de exclusão e a potencializar a voz de territórios fragilizados, mas com grande capacidade de mobilização nos debates acerca das assimetrias das cidades desiguais: “Acredito que uma pequena arquitetura, com um processo adequado, também pode ser um dispositivo de ativação cultural, política, social, etc.” (INDISCIPLINAR 2014).

Suas práticas, entretanto, não se assumem como resposta absoluta ao que criticam. O *Arquitetura Expandida* reconhece erros, é um processo em construção, de forma empírica e investigativa. Um problema que a prática do coletivo permite-nos pensar é o limite da aposta na autoconstrução. A máxima “Hagámoslo nosotros mismos” (ARQUITECTURA EXPANDIDA, 2015) que dá nome ao documentário que registra a experiência de *La Casa de La Lluvia [de Ideas]*, pode ser vista como algo que favorece a manutenção do distanciamento entre o Estado e as comunidades informais das periferias latinoamericanas no que diz respeito ao papel de garantir direitos e prover serviços de qualidade. É, afinal, oportuno para o mercado e as elites locais que grupos sociais que dependem do estado ganhem autonomia e se isolem ainda mais para que o orçamento e os fundos públicos continuem sendo direcionados para as áreas de interesse do capital e contribuam com a especulação imobiliária e a manutenção de privilégios. Reconhecemos essa *microecologia*, portanto e acima de tudo, como uma prática que possibilita questionar o modo de fazer cidade, apresentando e legitimando a capacidade da autogestão coletiva do comum e dos bens comuns, além evidenciar a necessidade do poder de tomada de decisões das comunidades.

Figura 3 – Diagrama modos de fazer do *Arquitetura Expandida*



Fonte: Autores (2022)

3.2 Terceira margem: os afetos na ecologia das práticas

O Ateliê Terceira Margem é um grupo de resistência eco-poética que busca reanimar a arquitetura como prática especulativa do que significa habitar, visando superar uma visão

utilitarista e objetificada do espaço. Através de seu singular modo de atuar, procura ressignificar a materialidade do espaço, que deixa de ser entendido como passivo às ações humanas e passa a ser compreendido e, acima de tudo, sentido como agente ativo dos modos de ser. O ateliê afirma a urgência de se repensar as maneiras de habitar a Terra através da ecologia radical, que no âmbito desta prática exige um movimento para além da sustentabilidade, conceito que já estaria subordinado aos domínios do capital. Esta radicalização ecológica implica, por um lado, a construção de relações de cuidado com a Terra e, por outro, a subversão dos modos hegemônicos de projetar, construir e habitar tendo a arquitetura como mediadora de tal metamorfose. O conceito de ecologia radical praticado pelo ateliê exige, portanto, uma nova maneira de pensar todo o processo de construção e transformação de territórios, além da questão da materialidade da construção, uma vez que não se trata apenas de respeitar os recursos, mas compreender como nossos gestos e decisões afetam e como podemos ser afetados pelo território. Para além de trocar este sistema construtivo por outro, mais sustentável, é necessário repensar todo o sistema construtivo de habitar o mundo, o que exige colocar em dúvida soluções consensuais, normas largamente estabelecidas, preceitos enraizados de décadas e analisar, em cada caso, se ainda fazem sentido. Se não fazem, como construir outros sentidos com o espaço?

Ecologia radical é uma ideia para diferenciar uma urgência de um cuidado com a terra [...] de tornar urgente a metamorfose do nosso modo de habitar a terra. pensar a sustentabilidade mais do que a materialidade de um edifício. Por exemplo, se eu pensar numa escola, vou pensar nela com paredes de terra, que são sensacionais, é uma grande possibilidade você poder ter uma parede que dialoga com a atmosfera, [...] o telhado verde, um recolhimento de água da chuva. Enfim, as milhões de alternativas que a gente já tem de construir um edifício que dialoga mais com o problema ambiental. Se eu construo essa escola, ainda é uma escola que talvez não faça mais sentido no mundo de hoje. (GUIZZO, 2021)

O próprio Rio de Janeiro, base do ateliê, é um exemplo de um modelo de cidade aos moldes do racionalismo ocidental, com o agravante da desigualdade que marca as sociedades da periferia do capitalismo mundializado. Uma cidade marcada por contrastes políticos e econômicos, que se expressam na construção de habitações irregulares em encostas, várzeas, áreas de proteção ambiental, com sérios problemas de saneamento e saúde pública onde a ausência do poder público ou sua escassez, leva à intensificação de injustiças sociais e a produção continuada de vulnerabilização socioambientais. O panorama da capital é marcado por contrastes: o “morro” e o “asfalto”, símbolos da desigualdade que se expressa na favela, com construções e infraestruturas precárias, ao lado de condomínios da elite, representam também a presença da natureza exuberante, resistente, porém cada vez mais ameaçada pelo avanço das fronteiras da urbanização, seja pela especulação imobiliária das grandes construtoras, seja por aquela do poder paralelo das milícias e do narcotráfico. Dentro do contexto da construção do imaginário do Rio de Janeiro, é preciso notar que por trás da história do desenvolvimento urbano da cidade maravilhosa, com seus cartões postais conhecidos mundialmente, opera-se uma lógica de colonização do território com seus rios retificados, lagos, lagoas e pântanos aterrados, morros desmontados, a serviço do homem e do ideal de progresso que orientou seus processos de modernização.

Profundamente crítico da tradição moderna dominante que subordina a geografia e a paisagem à racionalidade funcionalista do ocidente, o trabalho do Ateliê Terceira Margem

parte do envolvimento entre habitantes e territórios através de oficinas sensoriais baseadas nos elementos água, ar, terra e fogo. A partir dos relatos presentes no website do ateliê temos uma pista do tipo de ativação aos modos de habitar que cada elemento busca proporcionar. A oficina Habitar Água visa uma sensibilização da percepção sobre a maneira de morar, ao reativar memórias. A intenção é de quebra na relação automática que se tem com o habitar. Já a oficina Habitar Ar propõe a ampliação do nosso modo de vida, uma expansão da noção de espaço, onde são feitas uma série de provocações como pensar que “somos preenchidos de infinito; o infinito também nos preenche. Para onde ele nos leva?” (TERCEIRA MARGEM, 2016). Trabalhando a respiração e o corpo, se pensa na possibilidade de expansão, através de um esvaziamento dos padrões “envenenados”. A oficina Habitar Terra propõe aterramentos e materializações sobre a percepção do espaço através de exercícios de sensibilização como dança, música e construção de maquetes, amplificando a forma de estar no mundo: “Poderíamos habitar um espaço menos funcionalista e mais poético? Que efeitos isso provocaria nas nossas existências?” (TERCEIRA MARGEM, 2016). Por fim a oficina Habitar Fogo busca, através do contato com o corpo e movimentos de expressividade emocional, trazer à tona personagens que nos habitam porém estão há muito tempo adormecidos em nosso inconsciente, reativando territórios capazes de produzir força em cada indivíduo ou coletividades. Ao reativar memórias e envolvimento com a terra, as oficinas têm entre muitos objetivos acordar o corpo que sonha de modo a fazer emergir um tipo de conhecimento que se perde ao longo do tempo devido às desconexões no mundo globalizado operado pelo capitalismo onde a lógica do mercado tende a padronizar os desejos.

Nessas oficinas, buscamos outros olhares para as relações cotidianas que temos com os elementos. Provocamos novas possibilidades de interação e percepção, indo além de sua finalidade recorrente em nosso dia a dia. (TERCEIRA MARGEM, 2016)

Figura 4 – Exercício de movimento da oficina sensorial Habitar Fogo



Fonte: Terceira Margem (2016)

O Terceira Margem trabalha a autonomia através do que chama de magia, um processo de desamarra de ideais repetidos e incorporados como verdades, aqui vistas em parte como venenos, passando para uma abertura do sonhar de maneira intuitiva, o sonhar particular e subjetivo, bem como o sonhar coletivo. A Magia se relaciona, portanto, ao cultivo da capacidade de sonhar com mais autonomia em relação aos desejos produzidos pelo mercado e, assim, passar para um processo de Cura, que ocorre a partir da exteriorização dessas intuições. É o acordar de uma consciência adormecida pelo saber hegemônico para um saber do sonhar, do possível, que reconfigura o caráter do fazer ético-político a partir de novos afetos entre corpos e territórios. Nas palavras de Iazana Guizzo, esta metodologia é orientada por três princípios que giram em torno da produção de autonomia:

Há, em primeiro lugar, a reativação da autonomia do próprio imaginário ou a criação de seu próprio modo de habitar conectado à Terra (imaginário-Terra); em segundo lugar, há a efetivação de uma autonomia em relação aos recursos que o próprio território oferece, buscando uma liberação da lógica do capital, ao mesmo tempo em que almejamos poetizar a morada e cuidar do que nos anima (autonomia-articular); e, por fim, há a autonomia de si, fazendo do construir um processo inseparável do que favorece a vida e não a morte de um território, o qual, por sua vez, também é inseparável dos corpos que o compõem (território-corpo). (GUIZZO, 2019, p. 171)

Esse processo de transformação dos territórios pela produção de autonomia é levado à campo pelo Terceira Margem de acordo com as demandas dos indivíduos ou coletivos que chegam até o ateliê. Uma vez chamados, direcionam-se até o local para a ação de reconhecimento do território que se dá através de histórias e cartografias produzidas com pessoas que ali habitam. O objetivo é entender a relação corpos-espço que ocorre, muito mais do que a configuração de objetos e moradias. Após esta entrada inicial, ocorre a realização de exercícios sensoriais através de uma ou um conjunto de oficinas que são sempre repensadas de acordo com cada contexto. Além de se voltar aos moradores, as oficinas também procuram criar vínculos e envolvimento destes com o ateliê e seus parceiros, no intuito de estarem todos em sintonia: habitantes e especialistas. Esse é o processo de reativar o território, construir com afeto e de maneira consciente aquilo que emerge como demanda das relações enraizadas em um território que precisa ser cultivado a partir de uma escuta atenta ativada por um corpo coletivo formado por viventes e ambiente. Neste modo de fazer, a questão da participação se enriquece e ganha uma miríade de nuances a serem exploradas em cada caso, entendendo que o participar também é foco de uma reativação:

Reativar é mudar o ponto de tensão do problema da participação, que não precisa ser colocado entre o especialista e o morador, usuário, cliente (habitante humano). Tal problemática corresponderia antes a questões como: quais habitantes participam do processo e de que modo? Em quais cosmovisões se dá a participação? Como um rio, as árvores, os animais participariam de um projeto? (...) Uma participação capaz de reativar territórios seria aquela conectada a essa ética que estabelece critérios qualitativos para o encontro entre corpos heterogêneos (habitantes humanos ou não, especialistas, território) a fim de criar um terceiro corpo, que, no nosso caso, é um ambiente construído. (GUIZZO, 2019, p. 177-178)

Um exemplo desse modo de operar do ateliê é o projeto para a Vila Autódromo na cidade do Rio de Janeiro, denominado pelo ateliê como Monumento Horizontal, Vivo e Coletivo,

desenvolvido junto à comunidade e em parceria com o Estúdio Guanabara, sob encomenda do Museu das Remoções. O museu, sediado na comunidade, atua na perspectiva da memória e da produção de resistência e luta junto a comunidades que sofrem ou sofreram com processos de remoções.

Figura 5 – Ocupação do Monumento Vivo



Fonte: Terceira Margem (2017)

A Vila Autódromo tem sua origem nos anos 60, como uma colônia de pescadores às margens da Lagoa de Jacarepaguá, que cresceu em meio a grandes obras na região ao longo das décadas. Nesse tempo a comunidade resistiu a diversas tentativas de remoção que, por fim, ocorreram em 2009. Com apoio midiático e de capital privado, a cidade do Rio de Janeiro é escolhida como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, o que leva à uma série de remoções de comunidades de baixa renda na cidade. Apenas na Vila Autódromo 500 famílias foram removidas. Porém uma parte da comunidade lutou para permanecer no território. Com a realização de eventos culturais que deram visibilidade à causa comunitária e protestos de resistência da comunidade, previamente organizada devido ao histórico de luta, somada a articulações com o meio acadêmico, defensoria pública e parte da imprensa, em 2016 há finalmente o anúncio de urbanização pelo governo do prefeito Eduardo Paes. Foram construídas 20 novas casas que, embora sejam vistas como uma vitória conquistada pela resistência à remoção total da comunidade, representavam apenas 3% do que um dia foi a Vila Autódromo.

Figura 6 – Entrada no território e verbalização de memórias.

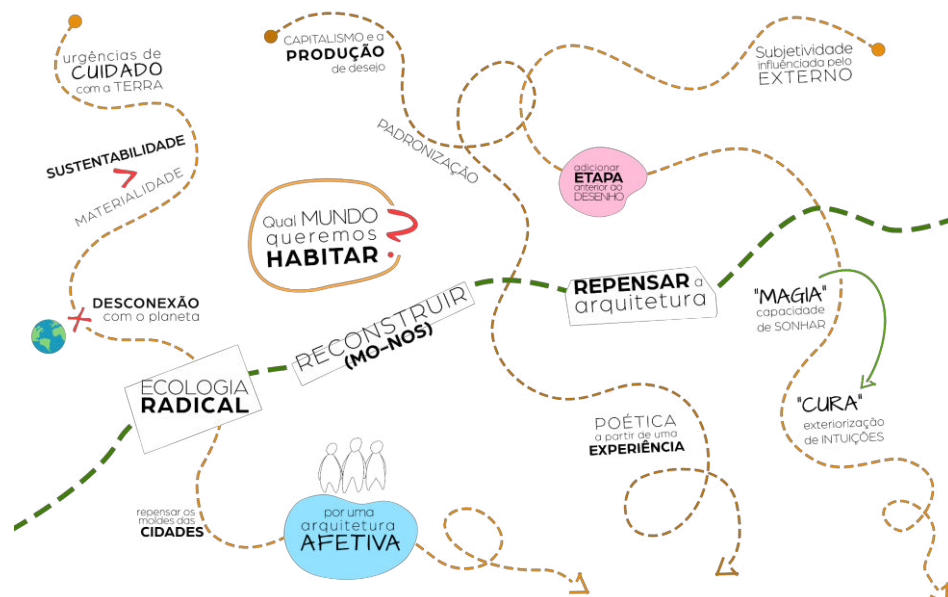


Fonte: Goethe-Institut Kolumbien (2017)

A solicitação inicial do Museu das remoções à Terceira Margem foi de um monumento que marcasse a resistência às remoções realizadas durante os Jogos Olímpicos. Uma vez dentro do território, houve o envolvimento dos habitantes através do método participativo das oficinas: “Foi instaurado um processo de cuidado entre os habitantes e arquitetos através de exercícios corporais com a finalidade de ativar o inconsciente dos participantes”, descreve a arquiteta Iazana Guizzo (TERCEIRA MARGEM, 2016). Os exercícios sensoriais, neste caso, ocorrem com o intuito de ativar memórias, reflexões e conversas sobre o lugar, desvinculadas da violência sofrida. Durante o processo, uma das reflexões levou à percepção da perda de esquinas, uma vez que a urbanização anunciada se deu através da construção de uma única rua, enclausurando a comunidade, antes configurada por uma malha orgânica de caminhos que se desenvolveram ao longo da história da vila, à uma linha reta. As esquinas, no cotidiano de qualquer bairro, são pontos de encontro de pessoas, possibilidades de escolhas de caminhos a seguir e permanências inesperadas, o que foi arrancado dessas pessoas.

Assim nasce o Monumento Vivo, a partir da proposta de recuperação destas esquinas, não apenas como um marco visual mas ativando um espaço acolhedor e de apropriação comunitária que expressa o modo de pertencer de seus habitantes. Uma pequena praça de pedras, repleta de movimento, encontros sociais, palco de conversas públicas, onde há permanência e resistência permeados com estandartes e bandeiras desenhados junto aos habitantes e Kammal João, artista convidado. A partir das novas dinâmicas de habitar esse espaço que busca recuperar a riqueza das esquinas perdidas, os próprios elementos construídos pela violência territorial são passíveis de ressignificação. Por exemplo, apropriação da fachada cega de um dos edifícios do parque olímpico que está na direção da comunidade, agora passa a ser usada para projeção de vídeos. E, espera-se, ver outras formas de apropriação e recuperação desse território que, embora marcado pelo trauma produzido pela cidade-mercadoria, encontra em suas alianças e nas memórias de vida e de luta coletiva uma força para fertilizar e fazer crescer suas raízes na terra que escolheram para habitar.

Figura 7 – Diagrama modos de fazer da Terceira Margem



Fonte: Autores (2022)

4 Considerações finais

As duas práticas aqui apresentadas constituem exemplos do que pode ser uma perspectiva de atuação distinta daquelas orientadas pelo paradigma do desenvolvimento no campo do design do/no/com o território. No caso do Arquitetura expandida, a crítica do desenvolvimento se expressa ao reconhecê-lo na produção de extensas periferias às margens da cidade do progresso, sobre as quais se aplica um modelo de política pública vertical e autoritário. São infraestruturas, equipamentos e conjuntos habitacionais produzidos com baixa qualidade, sem a participação efetiva dos habitantes que, por um lado, sustentam-se por lógicas clientelistas e populistas que reificam a classe trabalhadora na chave da “carência”, objeto de uma gestão que deve garantir o mínimo para o funcionamento da máquina social do capitalismo periférico e, por outro, não enfrentam os privilégios nos espaços “luminosos” da cidade (SANTOS, 2012) acessíveis apenas às elites. Sua microecologia crítica, além de procurar estabelecer ferramentas de escuta efetiva das demandas desses territórios, age numa dimensão micropolítica ao rejeitar a condição de autoridade dos designers e reconhecer as práticas de autogestão e saberes locais que podem ser potencializados a partir da construção ou fortalecimento de comuns e coletividades em torno de causas que produzem novos vínculos com os territórios.

No caso do Ateliê Terceira Margem, a lógica do desenvolvimento é criticada não apenas pela dimensão extensiva do impacto da produção do espaço capitalista no planeta, mas também numa dimensão micropolítica, reconhecida em um processo de envenenamento imaterial que empobrece a subjetividade através da padronização dos desejos e da desconexão dos corpos com a terra, gerando desvitalização ou mesmo o apagamento de territórios. Aqui uma ecologia de práticas opera pela ativação de conexões corpo-território por meio de processos abertos a confluências com cosmologias e epistemologias não-modernas que incorporam a participação de agentes mais que humanos, reativando um animismo em cada território para

que as múltiplas presenças que nele habitam possam encontrar meios de participar de sua construção.

Como exemplos de microecologias críticas, essas práticas elaboram ferramentas de design para lidar com problemas de agenciamentos territoriais que abrigam processos históricos, econômicos, urbanísticos, culturais, ambientais, que materializam localmente as marcas e os desafios do Antropoceno. Não se trata de apontá-las como modelos, mas como práticas inspiradoras e potentes que podem produzir ressonâncias entre si, com outras práticas e outros territórios. Expandindo o pensamento antropocêntrico para um pensamento biocêntrico (ACOSTA, 2016), estas práticas já não refletem uma ideia de desenvolvimento sustentável, pois este ainda reproduz uma visão de natureza como recurso, ou seja, uma versão ‘soft’ da mesma lógica colonialista que estas práticas denunciam em suas variadas modulações contemporâneas. Marcam, desta maneira, uma diferença crítica que, pelo modo como articulam projeto, participação e território, produzem um *envolvimento ecológico* que não separa o social do ambiente, ou a cultura da natureza, na medida em que articulam lutas contra desigualdades sociais, formas de cooperativismo e colaboração contra-hegemônicas com as dinâmicas e forças vivas do próprio território e da terra como agentes ativos do habitar.

Uma questão que adquire centralidade nas microecologias críticas e emerge como um problema a ser enfrentado de modo específico em cada prática, é a relação entre o envolvimento ecológico e a produção de autonomia. As histórias da Terceira Margem e da Arquitetura Expandida dão exemplos de design para autonomia, podendo esta assumir diferentes aspectos. Como vimos, esta pode se dar pela formação de comuns, pela produção de alternativas críticas às políticas públicas ou pela reativação da capacidade de sonhar com proteções aos venenos do capitalismo no campo dos desejos. O antropólogo colombiano Arturo Escobar, ao defender um design para autonomia, define esta como um conjunto de modos de viver – habitar, produzir, aprender, curar – na medida do possível “além da lógica do Estado e do Capital, apoiando-se em e criando formas de ser, fazer e saber não liberais, não estatais e não capitalistas.” (ESCOBAR, 2017, p. 206). Compreendemos, portanto, que práticas e ferramentas de design constituem microecologias críticas ao engendrar modos de ser, estar, trabalhar, pensar, sonhar, que animam um coletivo e fazem dele uma comunidade de autonomia a partir da luta, da cooperação ou da comunalização.

Certamente, cada prática vai encontrar problemas, limites e obstáculos. A produção de autonomia e a construção de ecologias menos danosas aos territórios e às subjetividades vai encontrar contra-resistência não apenas do Estado e do grande capital, mas também dos vizinhos, familiares, colegas de profissão, da cultura dominante, isto é, do sofisticado dispositivo que sustenta a reprodução do capitalismo ou da civilização ocidental. As chaves para o modo como cada prática lida com essas contra-resistências podem ser encontradas somente no próprio exercício que cada uma se presta. A pesquisa poderá se desdobrar, a partir de uma aproximação mais direta à cada prática, a fim de investigar como em cada caso os praticantes identificam seus limites e, eventualmente, como estes foram ou poderão ser superados.

5 Referências

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ARQUITECTURA EXPANDIDA. **Negociaciones Urbanas** - Toque Madera (Bosa, Bogotá), 2020. Disponível em <<https://arquitecturaexpandida.org/negociaciones-urbanas/>>. Acesso em 15/04/2022.

ARQUITECTURA EXPANDIDA. **La Casa de La Lluvia de Ideas**, 2015. Disponível em <<https://arquitecturaexpandida.org/la-casa-de-la-lluvia-de-ideas-en-proceso/>>. Acesso em 15/04/2022.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há um mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño: la realización de lo comunal**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2017.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GUIZZO, I. **Reativar territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo**. Belo Horizonte: Quintal edições, 2019.

HARAWAY, D. **Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective**. Feminist Studies, Vol. 14, No. 3. (Autumn, 1988), pp. 575-599.

INDISCIPLINAR. **Indisciplinar entrevista Ana Ortego do coletivo colombiano Arquitectura Expandida**, 2014. Disponível em <https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Indisciplinar_entrevista_Ana_Ortego_do_coletivo_colombiano_Arquitectura_Expandida> Acesso em 15/04/2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANDER, E (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, Clacso, 2005.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, B. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MUSEU DAS REMOÇÕES. **A Vila Autódromo**. Disponível em <<https://museudasremocoes.com/sobre/a-vila-autodromo/>> Acesso em 15/04/2022.

RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: letra Capital, 2012.

SAVAZONI, R. **O comum entre nós: da cultura digital à democracia do século XXI**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção (4 ed.). São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2012.

STENGERS, I. **Notas introdutórias sobre uma ecologia de práticas**. Em: MATTOS, Wladimir. Artecompostagem'21 (Coord.). São Paulo: Universidade Estadual Paulista/Instituto de Artes, 2021.

TERCEIRA MARGEM ARQUITETURA E SINGULARIDADES. **Margens e Habitar**: O corpo e o afeto no projeto. Conversa com Iazana Guizzo e Sustentarqui, 2021. Disponível em <https://youtu.be/4bxju0nUU_A> Acesso em 11/04/2022.

TERCEIRA MARGEM. **Vila Autódromo**: Monumento Horizontal, vivo e coletivo. Disponível em <<http://www.3margem.com.br/vila-autdromo>> Acesso em 15/04/2022.

TERRITORIOS LUCHAS. **La Casa de la Lluvia** "Hagámoslo nosotros mismos", 2015. Disponível em <<https://youtu.be/RvARCQTBeel>> Acesso em 11/04/2022.